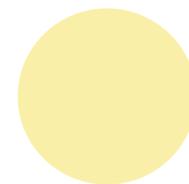


# Programa Autárquico de Montijo

Autárquicas 2025

LIVRE por Natureza





### *Manifesto - Livre por natureza*

O Montijo é um território com potencial enorme, mas com muitos problemas acumulados que requerem muita imaginação e capacidade de iniciativa para os ir resolvendo um a um. Faltou visão estratégica e a capacidade de antecipar os desafios de uma cidade e de um mundo em rápida transformação.

Para desenvolver o concelho - para além de resolver os múltiplos problemas concretos sobejamente conhecidos - é necessário reorientar as práticas e as prioridades dos nossos órgãos do poder local. Efetivamente, existe a necessidade de implementar um conjunto de medidas concretas para resolver as lacunas existentes na habitação, na educação, na saúde, no ambiente e higiene urbana, no desporto, na cultura, no associativismo, no planeamento urbano, na economia local e em tantos outros setores do nosso concelho.

Contudo, a principal função da política é atuar em aspetos estruturantes e limitadores do desenvolvimento do Montijo, produzindo efeitos capazes de imprimir uma trajetória de desenvolvimento consistente, solidária e duradoura. Na perspetiva do LIVRE, os órgãos do poder local devem ter como principal propósito **o bem-estar individual e coletivo baseado na valorização e autonomização da sociedade civil.**

Acreditamos que os problemas acumulados e complexos com os quais se depara o Montijo, e o país em geral, só podem ser resolvidos com um olhar diferente e audaz, que encara a cidadania ativa como uma dimensão estruturante e estratégica para criar uma sociedade saudável, confiante, coesa e política, cultural e economicamente inovadora.

i. Vamos melhorar os níveis de participação destes na vida comunitária, no quadro de uma organização social e territorial que fomente a solidariedade, a sustentabilidade, a empatia, a auto-organização e capacidade de iniciativa individual e comunitária;

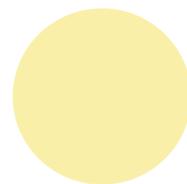
ii. Entendemos que é absolutamente determinante que o espaço público, a esfera pública e a organização social sejam qualificadas de modo a criar condições para que essa iniciativa cidadã floresça, de forma gradual e sustentável;

iii. A própria máquina político-administrativa do concelho tem de ser reorientada e organizada para garantir uma resposta pública de qualidade aos desafios complexos com os quais nos deparamos no urbanismo, ambiente e salubridade, na distribuição de riqueza, integração e coesão social, na mobilidade e equilíbrio territorial e na ética social e política.

Enfim, aos desafios que são necessários ultrapassar para garantir a melhoria sistemática da qualidade de nossa vida individual e comunitária.

A apresentação de medidas avulsas e sonantes, uma prática usual nas eleições autárquicas, visam, sobretudo, dar uma resposta eleitoral e imediata à insatisfação da população. Sendo uma abordagem em muitos casos bem-intencionada, que reúne medidas necessárias, que, uma vez implementadas, tornam o Montijo um local mais agradável para viver, não vão conseguir imprimir a dinâmica que o concelho necessita. Assentar a política exclusivamente nessa abordagem terá como consequência adiar o desenvolvimento do concelho.

É necessária a dose certa de coragem política e de mobilização popular para lançar as medidas estruturantes adequadas à realidade concreta do Montijo, que, pela sua exigência, vão necessitar do tempo para produzir benefícios. O município do Montijo e as suas freguesias precisam de um impulso progressista para enveredar por um rumo de desenvolvimento e de sustentabilidade ecológica, social, económica e territorial.



# Alexandra Nascimento

## #1 Câmara Municipal



Alexandra Nascimento, natural e residente no Montijo. Jurista, licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, vertente de Ciências Políticas, com especialização em Legística.

Exerceu advocacia durante vários anos, individualmente e em colaboração com outros colegas.

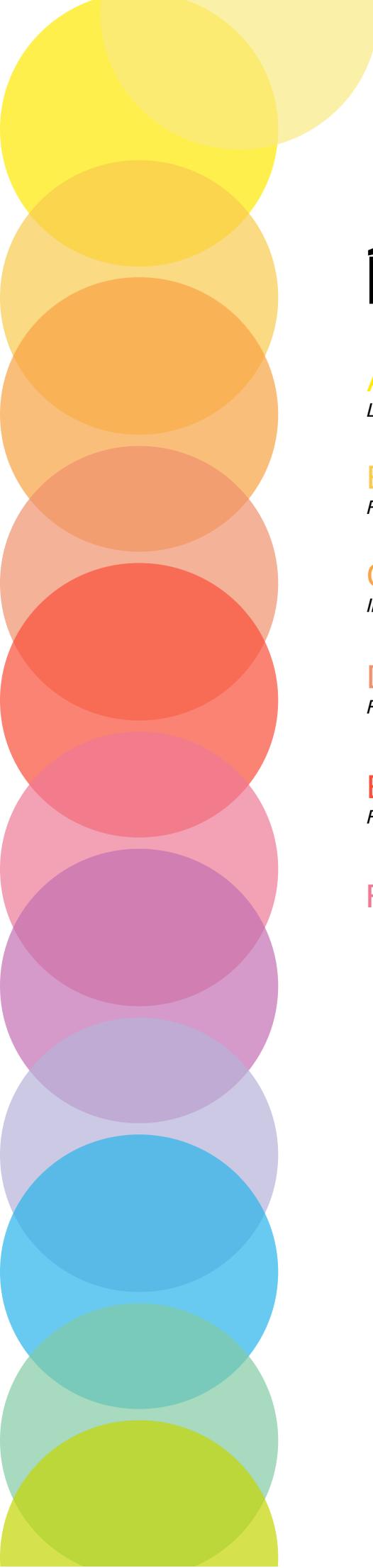
Entre 2007 e 2009, foi adjunta do Secretário de Estado da Administração Interna.

Em 2017, fundou a Associação Nacional de Pais em Ensino Doméstico, da qual é atualmente Presidente da Direção.

Colaborou também com várias associações de cariz cultural, designadamente em Grupos de Teatro amadores e académicos, como o Grupo de Teatro ContraSenso e o Grupo de Teatro do Instituto Superior Técnico, quer como atriz, quer como coordenadora e responsável pela produção dos projetos culturais.

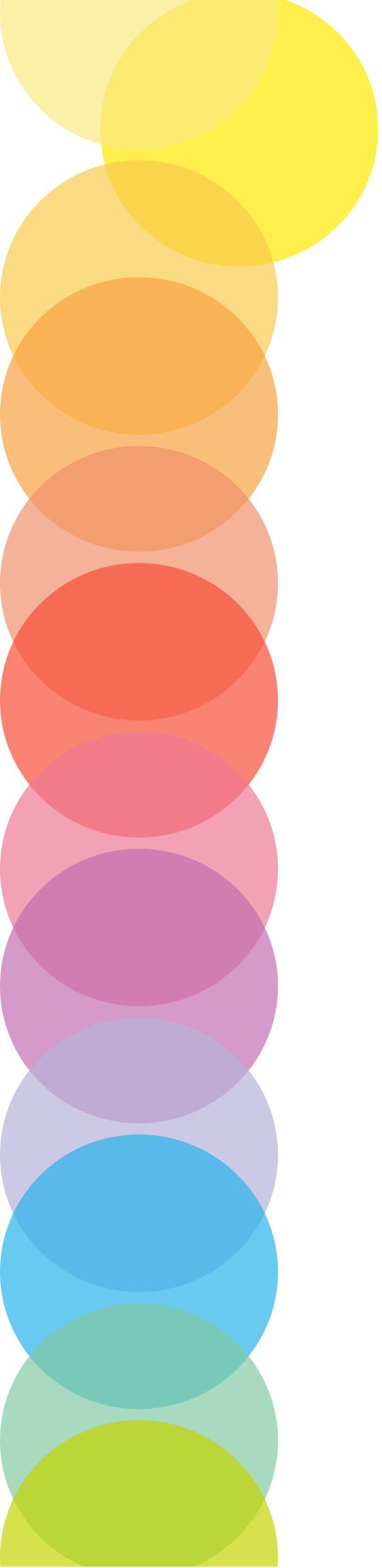
Enquanto mãe de quatro filhos, conduz e desenvolve há 12 anos um projeto educativo diferenciado na modalidade de ensino doméstico com os seus filhos, dedicando-se, também, ao estudo e ao ativismo nas questões relacionadas com a educação.

Juntou-se ao LIVRE em julho de 2024 pois há muito que me identificava com a génese e as causas que o partido advoga: uma esquerda progressista, feminista, ecologista e europeísta. Defensora dos Direitos Humanos.



# Índice

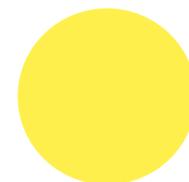
<b>A. Introdução</b> <i>Livre por Natureza</i>	05
<b>B. Eixo 1</b> <i>Reforçar a relação da cidade com o rio</i>	07
<b>C. Eixo 2</b> <i>Incentivar a participação da sociedade civil</i>	10
<b>D. Eixo 3</b> <i>Fortalecer as dimensões social, política e ecológica dos espaços públicos</i>	13
<b>E. Eixo 4</b> <i>Reorientar o governo local</i>	19
<b>F. Declaração Final</b>	24



A.

# Introdução





O LIVRE apresenta-se nestas eleições com o sentido de responsabilidade com as gerações atuais e futuras, com uma orientação política de respeito pelas instituições democráticas e virado para a discussão participada de soluções efetivas, como tem caracterizado a sua atuação desde a sua criação. Encaramos o poder local como um instrumento cada vez mais determinante e estratégico para promover o desenvolvimento e a coesão social e territorial.

A nossa ação política será orientada pelas medidas do nosso programa eleitoral, pelas reivindicações que faremos ao governo central e a outras entidades competentes, seremos exigentes com a conduta dos eleitos do LIVRE e acreditamos que muitos dos problemas do concelho só podem ser resolvidos num contexto de ampla solidariedade e construção de instrumentos de caráter intermunicipal.

Vamos intervir sobre as lacunas evidentes:

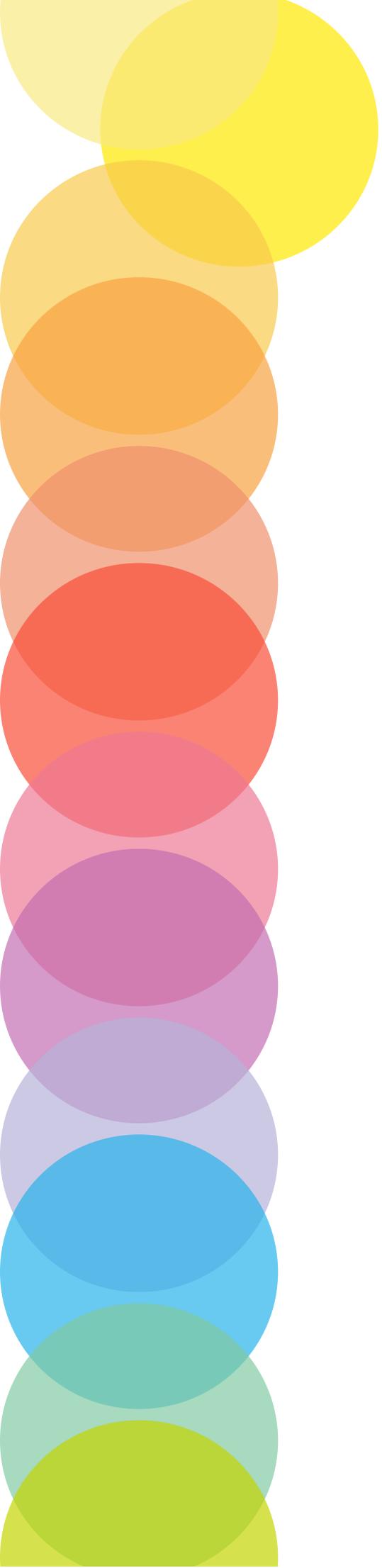
- preço da habitação exorbitante;
- degradação do centro histórico;
- falhas na higiene urbana;
- excesso de automóveis no centro da cidade;
- equipamentos desportivos, culturais e escolares desadequados às necessidades atuais;
- falta de empregos qualificados;
- incapacidade de integrar quem chega de outros concelhos ou países, com a conseqüente quebra dos laços de comunidade e a crescente perceção de insegurança;

Mas o que nos distingue é um programa autárquico que foi estruturado em função de uma abordagem distinta e que está assente em quatro eixos de atuação estratégicos que têm como objetivo implementar a mudança estruturante que consideramos fundamental para consolidar o nosso projeto de transformação do território do Montijo e da sua comunidade, a saber:

- 1. Reforçar a relação da cidade com o rio**
- 2. Participação cívica e transparência - para uma comunidade mais criativa, dinâmica, informada e empoderada**
- 3. Valorizar o espaço público: natureza, comunidade, coesão e segurança**
- 4. Governo municipal aberto, eficaz e humanista.**

Cada um deles congrega um conjunto de medidas concretas em áreas essenciais como habitação, urbanismo, transportes, ambiente, igualdade, cultura, saúde, educação, bem-estar animal e proteção civil. Esta abordagem integradora vai permitir-nos atuar de forma mais abrangente e articulada, a partir de uma visão de futuro, procurando com isso criar um ímpeto de mudança e sustentar uma trajetória de desenvolvimento e de melhoria consistente da qualidade de vida de todos e todas as habitantes do concelho.

O programa eleitoral que o LIVRE apresenta ao concelho do Montijo desenvolve, numa estrutura organizada e clara, a concretização destes eixos estruturantes a partir dos quais se identificam as prioridades para os próximos anos, que iremos abordar através das respectivas medidas que pretendemos implementar no território.

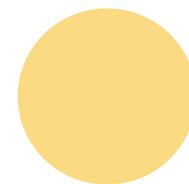


# B.

## Eixo 1

Reforçar a relação da  
cidade com o rio





Pretendemos conferir ao rio uma maior centralidade no quotidiano municipal.

O Montijo, cidade ribeirinha com uma identidade profundamente ligada ao estuário do Tejo, encontra-se hoje perante uma oportunidade única: reaproximar-se do rio e transformar essa ligação num motor de desenvolvimento sustentável, lazer e bem-estar.

Historicamente, o rio foi presença constante, mas atualmente encontra-se numa posição periférica e separado do quotidiano dos seus habitantes. O Montijo tem que voltar a virar-se para o Tejo, reconhecendo-o como um ativo estratégico: ambiental, desportivo, turístico e cultural.

Este futuro exige planeamento, investimento e envolvimento da comunidade, sendo uma oportunidade para o Montijo se afirmar como cidade-modelo de integração urbana e fluvial, onde o rio deixa de ser apenas paisagem e passa a ser parte ativa da vida da cidade.

Pretendemos:

- i. fomentar os desportos náuticos;
- ii. requalificar a frente ribeirinha (ciclovia, passadiços, espaços de lazer, quiosques);
- iii. oferecer um programas contínuo de convivência com a natureza e valorização do conhecimento da fauna, flora e geologia do rio em articulação com as escolas e associações;
- iv. incluir o tema na programação cultural (peças de teatro, exposições, organização de um festival anual);
- v. desenvolver planos participados, e suportados em abordagens comunitárias, de mitigação do impacto da subida do nível da água do rio e outras medidas de proteção civil;
- vi. promover a economia e fomentar o emprego ligado ao rio (gastronomia, turismo de natureza, entre outras).

### **1.1 Intervir sobre o espaço público na frente ribeirinha urbana**

- Requalificar a frente ribeirinha, de forma transformar todo o espaço público urbano já disponível em lugares para a comunidade, com espaços de estadia e sociabilização, ciclovias, passadiços, espaços verdes com recurso a vegetação mediterrânea e com baixa necessidade de rega, espaços de utilização desportiva.
- Realizar a transformação progressiva da frente ribeirinha assente num processo participativo e transparente em todas as fases de implementação.
- Promover a pedonalização progressiva do espaço público na frente ribeirinha e espaços envolventes.

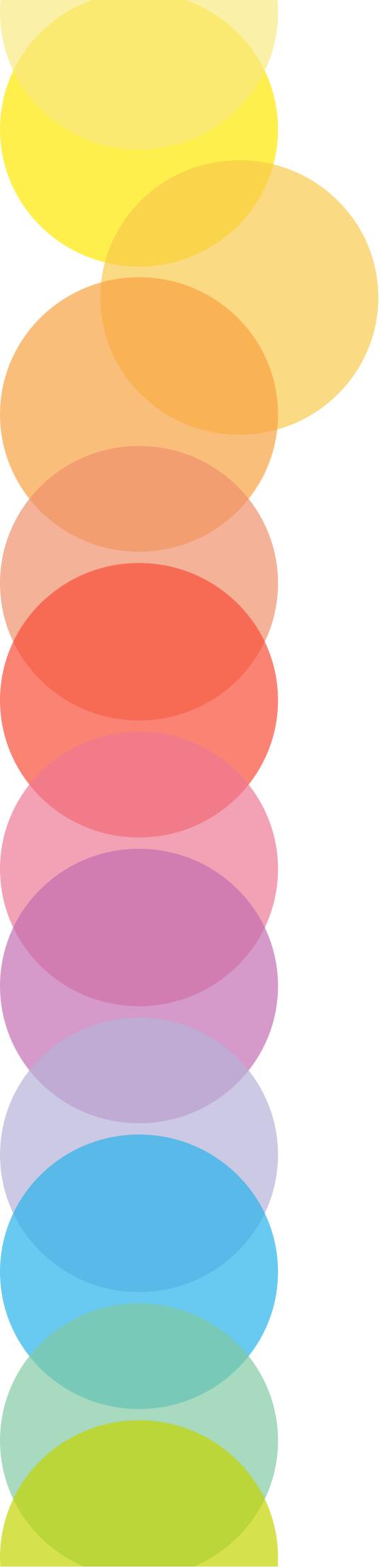
### **1.2 Requalificar e regenerar a paisagem e o ecossistema estuarino**

- Oferecer um programas contínuo de convivência com a natureza e valorização do conhecimento da fauna, flora e geologia do rio em articulação com as escolas e associações.
- Desenvolver planos participados, e suportados em abordagens comunitárias, de mitigação do impacto da subida do nível da água do rio e outras medidas de proteção civil.



### **1.3 Reforçar a ligação da comunidade ao estuário do Tejo**

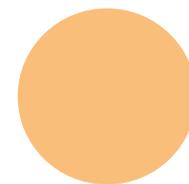
- Fomentar os desportos e as atividades náuticas, que contribuem para a fruição pelas pessoas e para a valorização dos sistemas ambientais estuarinos.
- Incluir o tema na programação cultural (peças de teatro, exposições) e promover a organização de um festival anual dedicado ao rio.
- Promover a economia e fomentar o emprego ligado ao rio (gastronomia, turismo de natureza, atividades piscatórias e de aquacultura assentes na preservação e na sustentabilidade).
- Instituir os “Guardiões do Esteiro”, agentes de sensibilização em campanhas de mariscar sem lixo e monitores das zonas húmidas em articulação com projetos de conservação.



# C. Eixo 2

Incentivar a participação  
da sociedade civil





O LIVRE Montijo acredita que uma democracia saudável constrói-se com cidadãos informados, ouvidos e envolvidos e confiantes. Consideramos mesmo que a permanência de uma cultura de controle e de subalternização da sociedade civil é um dos maiores falhanços dos primeiros 50 anos da democracia portuguesa. A participação ativa da população nas decisões políticas e económicas do concelho é essencial para garantir uma governação justa, transparente, verdadeiramente representativa e eficaz. Todos os grandes desafios atuais da sociedade, para serem ultrapassados, requerem a mobilização e integração de muitos conhecimentos (e.g. científicos, administrativos e de quem conhece a vida e necessidades das comunidades) e de capacidade de realização.

Defendemos um modelo de gestão municipal que promova mecanismos permanentes e efetivos de participação cidadã, vocacionado para promover a cidadania ativa, fomentando a confiança da sociedade civil em si própria para assumir a reflexão e a resolução dos desafios que o Montijo enfrenta.

Para nós, a política deve ser feita com e para as pessoas. Só com uma cidadania ativa e informada é possível construir um concelho para todas as pessoas, onde cada decisão reflita as necessidades reais das mesmas.

Queremos um Montijo onde os habitantes sintam que fazem parte do processo democrático, onde a confiança entre os eleitores e os seus representantes seja reforçada e onde a política seja um espaço de construção coletiva. No quadro de uma cultura de solidariedade, inclusão, sustentabilidade e de emancipação, em que podemos destacar uma abordagem centrada nos seguintes princípios:

ii. criação de entidades e equipamentos comunitários de base territorial, com capacidade de refletir e atuar no contexto local, e com acesso privilegiado aos serviços municipais (e.g. para colaborar e intervir na requalificação do espaço público, na resolução dos problemas da higiene urbana e segurança, na criação de uma prática generalizada de reutilização, reparação e reciclagem, no combate à exclusão e ao isolamento social);

iii. oferta de serviços de base comunitária e de partilha de recursos, incentivando a constituição de comunidades de energia, e promovendo modelos de construção cooperativa;

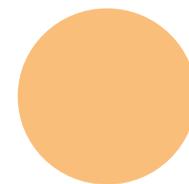
ii. instrumentos de cooperação permanente entre o poder político e cidadãos, nomeadamente, assembleias cidadãs para o desporto, cultura, saúde, habitação, bem-estar animal, ecologia e da relação da cidade com o rio;

iv. indicadores e informações sobre a atividade do concelho e da câmara municipal;

v. instituir a casa das associações, reforçando o investimento nas coletividades, nos clubes e na imprensa local, exigindo transparência quanto aos conflitos de interesses dos eleitos, começando pelos do LIVRE.

## **2.1 promover um modelo de gestão que desenvolva mecanismos permanentes e efetivos de participação cidadã**

- Criação de assembleias deliberativas abertas à população em todas as freguesias, com temas mensais (educação, ambiente, mobilidade, urbanismo, cultura), que permitam debater em proximidade e apresentar propostas concretas.
- Implementação de assembleias cidadãs, como órgãos consultivos de participação livre, onde cidadãos, associações, escolas e coletividades possam contribuir para as políticas públicas locais.
- Criação de um Orçamento Participativo, com regulamento claro, será uma peça central da governação democrática, prevendo modalidades específicas: o Orçamento Participativo Jovem, para dar voz às novas gerações, e o Orçamento Participativo Intercultural, com quota dedicada a propostas de comunidades migrantes, garantindo tradução e sessões acessíveis.



- Implementar o programa IDEÁRIO, que permitirá receber ideias e sugestões espontâneas por parte da população, transformando a criatividade cidadã em ação concreta.
- Criar a plataforma colaborativa orçamental, para receber contributos na fase de elaboração do orçamento municipal, reforçando a corresponsabilidade na gestão dos recursos públicos.
- Instalar e manter mobiliário urbano confortável, acessível e durável, que convide ao uso dos espaços públicos por todas as pessoas, promovendo o descanso, o encontro e a convivência

## **2.2 desenvolver ferramentas de promoção de boas práticas, transparência e ética**

- Criar um Portal Local da Transparência, onde qualquer pessoa poderá consultar orçamentos e execução financeira, lista de contratos públicos, adjudicações e fornecedores, presenças e votações dos eleitos, bem como as declarações de interesses.
- Publicar a Agenda Pública dos Eleitos e registar todas as reuniões com empresas, promotores imobiliários, sindicatos ou associações, indicando objetivos e resultados, para garantir que a política serve o interesse público.
- Elaborar um código de conduta nos cargos locais, com regras claras sobre conflitos de interesses, transparência nas decisões e comportamento público.
- Realizar auditorias participativas aos serviços municipais.

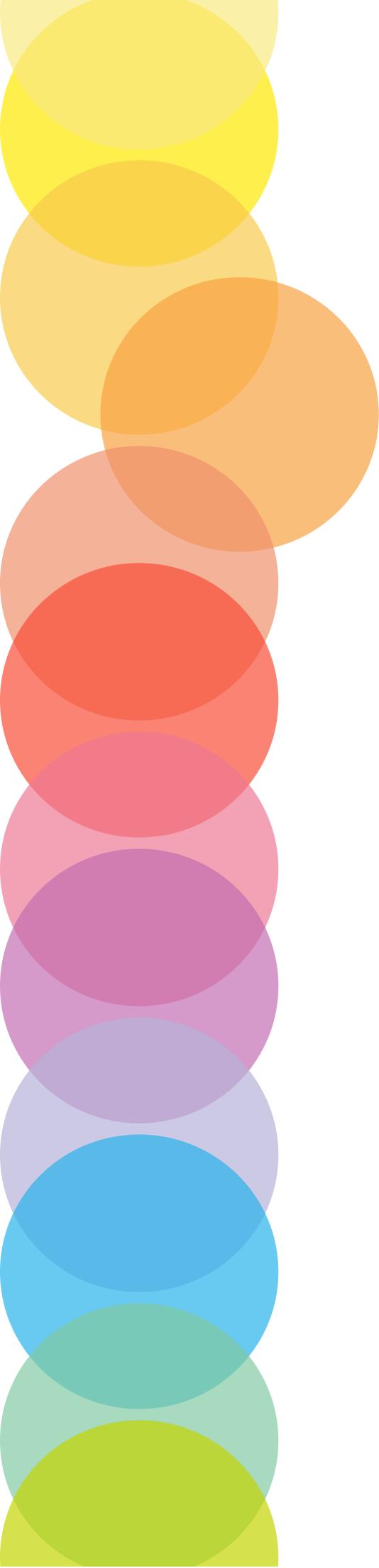
## **2.3 Inovação Democrática e Digital**

- Plataformas digitais de gestão urbana, que estabeleçam ligação direta com os cidadãos e permitam monitorizar a implementação de planos e programas.

- Plataformas de monitorização acessíveis, para acompanhamento permanente da execução dos planos municipais, garantindo transparência e prestação de contas.
- Plataforma digital do associativismo, que funcione como ponto de encontro virtual entre coletividades, cidadãos e autarquia, divulgando atividades, projetos e recursos partilhados.
- Criar uma plataforma de crowdsourcing e de crowdfunding / mecenato para parcerias na implementação participada de ideias para a comunidade

## **2.4 Reforço do associativismo e comunidade**

- Criar a Casa do Associativismo Local, espaço público multifuncional que acolha pequenas associações e coletivos, disponibilizando apoio técnico na gestão associativa e espaços para sedes partilhadas, atividades e reuniões.
- Novo modelo de apoio ao associativismo local, com fundo anual transparente, regras simplificadas e foco em associações juvenis, culturais, desportivas, ambientais, feministas, LGBTQIA+ e de imigrantes.
- Programa de apoio ao uso temporário de espaços públicos (cedência de terrenos ou edifícios subutilizados) para projetos do movimento associativo, como hortas comunitárias, festivais de bairro ou oficinas educativas.
- Realização de um Festival do Associativismo e das Comunidades, que celebre a diversidade local, aproxime a população das coletividades e promova novas formas de participação.

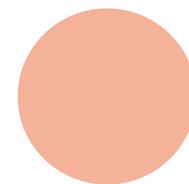


# D.

## Eixo 3

Fortalecer as dimensões  
social, política e ecológica  
dos espaços públicos





O LIVRE Montijo acredita que o espaço público deve ser o coração pulsante da cidade, um lugar de encontro, partilha e construção de comunidade. Num futuro próximo, queremos que o Montijo seja exemplo de como os espaços comuns podem ser imaginados como centros de convívio, inclusão e bem-estar.

Para o LIVRE, valorizar o espaço público é essencial para construir uma cidade mais viva, participada e segura, onde todas as pessoas se sintam bem-vindas e integradas. Defendemos uma abordagem que encare ruas, praças, jardins e largos não apenas como locais de passagem, mas como extensões da vida comunitária, onde se promove o convívio entre gerações, a diversidade cultural e a coesão social.

Ao promovermos o uso democrático e partilhado do espaço público, aproximamos a cidade das pessoas, reforçamos os laços de vizinhança, fomentamos a integração social e cultivamos um sentido de pertença. Acreditamos que uma cidade onde o espaço comum é cuidado, vivido e respeitado é também uma cidade mais humana, mais justa e mais feliz.

O LIVRE Montijo compromete-se a trabalhar por um urbanismo que coloque as pessoas no centro, que valorize o espaço público como bem comum e que promova uma cidade onde todos e todas possam viver com dignidade, segurança e alegria.

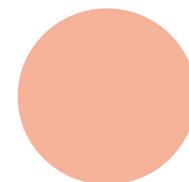
Por isso vamos neste eixo garantir:

i. fortalecer as dimensões social, política e ecológica dos espaços públicos - libertando gradualmente o espaço urbano ocupado pelo carro e promovendo uma relação mais equilibrada entre todos os modos de transporte, aumentando a área consignada às funções de estar, de convivência, de prática das atividades lúdicas, físicas e culturais, de regulação ecológica e comunitária e de deslocação baseada na mobilidade leve;

ii. promover a construção de uma sociedade mais igualitária, inclusiva, saudável e segura, baseada no respeito pelo outro, na partilha de experiências e de enriquecimento intercultural, desenvolvendo um espaço urbano mais orientado para a promoção do bem-estar físico, mental e social.

### **3.1 Requalificação ambiental da Infraestrutura verde e resiliência climática**

- Implementação de matas urbanas, micro florestas e corredores ecológicos Valorizar a estrutura ecológica urbana, através da constituição de corredores ecológicos e gestão integrada das linhas de água que os alimentam.
- Plano Verde do Montijo - Levantamento e mapeamento de todos os espaços verdes do concelho. Criação de planos de manutenção regular. Substituição de parte das zonas relvadas por soluções sustentáveis, como o uso de plantas autóctones, coberturas vegetais de baixa manutenção e pavimentos permeáveis. Redução do consumo de água e custos de manutenção.
- Programa “Parques Vivos” - Requalificação de parques com concessão de bares de apoio, mobiliário urbano, zonas de sombra, bebedouros e acessibilidade universal. Promoção de atividades culturais e desportivas regulares para dinamizar os espaços.
- Plano de adaptação às alterações climáticas com incidência sobre:
  - Criação de refúgios climáticos com arborização endógena e sombreamento
  - defesa contra cheias estuarinas, recuperação de marinhas e moinhos de maré
  - Reutilização de águas pluviais e incentivo à permeabilização urbana
  - Combate às ondas de calor e à poluição atmosférica e luminosa
  - Valorização do montado de sobro e demais espécies da floresta mediterrânea



- Elaborar estratégia local de economia circular e sustentabilidade que inclua:
  - Criação de hortas urbanas com compostagem partilhada
  - Incentivo à compostagem doméstica e comunitária
  - Central de compostagem municipal
- Programas de literacia ambiental e envolvimento da comunidade.
- Promoção de produção de energias renováveis no espaço urbano.
- Apoio à criação de comunidades energéticas e à transição energética.
- Implementar um plano municipal para reduzir a poluição luminosa, promovendo uma iluminação pública eficiente, direcionada e amiga da biodiversidade. O plano inclui a substituição progressiva de luminárias por modelos com temperatura de cor adequada (menos azul), sistemas de regulação de intensidade, e o desenho de zonas de escuridão para proteger a paisagem noturna, a saúde pública e a vida selvagem

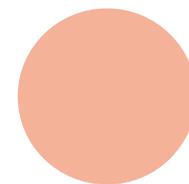
### **3.2 Promover a economia circular e a gestão de resíduos**

- Programa de retenção do carbono e valorização da floresta.
- Reformulação da estratégia de recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, incluindo reciclagem e compostagem, para a recolha porta a porta.
- Promover o reforço das equipas e a melhoria dos equipamentos disponíveis, tendo em vista a operacionalização da gestão do sistema de recolhas.

- Instalar sistemas inteligentes, com recurso a sensores, nas áreas em que existem contentores de rua, de modo a otimizar os percursos em cada ação de recolha.

### **3.3 Bem-estar animal**

- Criar um orçamento municipal anual dedicado a projectos de bem-estar animal, selecionados por votação dos munícipes. ONGs, associações e grupos informais poderão apresentar propostas como abrigos, campanhas de adoção ou gestão de associações.
- Promover campanhas gratuitas de identificação e registo com microchip, associadas a benefícios como descontos em taxas ou acesso a serviços municipais.
- Criar protocolos municipais para o acolhimento temporário de animais de pessoas vítimas de despejo, sem-abrigo ou violência doméstica, em colaboração com associações e famílias de acolhimento.
- Impedir, por regulamento municipal, a instalação de circos com utilização de animais selvagens ou domesticados, e apoiar a vinda de espetáculos culturais sem crueldade animal.
- Estabelecer clínicas municipais ou parcerias com clínicas locais que prestem cuidados veterinários básicos a custos reduzidos (vacinação, esterilização, primeiros socorros), com especial atenção a famílias com baixos rendimentos e animais sozinhos.
- Atribuir selos de reconhecimento às freguesias que cumpram critérios de bem-estar animal: bebedouros em espaço público, parques caninos, apoio a cuidadores de colónias, campanhas de sensibilização e boas práticas urbanas.
- Criar de uma rede apoiada de abrigos para colónias de animais em espaço público e respetivo registo e recenseamento.



- Criar uma plataforma digital para adoção de animais do canil municipal.
- Promover o fim do apoio e financiamento público às atividades tauromáquicas.

### **3.4 Centralidades urbanas e Mobilidade de Proximidade**

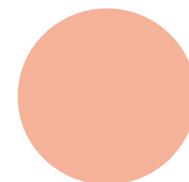
- Criação de centros de vivência e comunidade nos bairros, que concentram funções sociais e comerciais e promovem a reunião e relações de vizinhança (conceito “cidade 15 minutos”).
- Planeamento de “ruas completas”, que resulta na construção do espaço público de acesso universal, em que todas e todos têm igual acesso.
- Criação de um sistema de bicicletas partilhadas municipal ou intermunicipal.
- Expansão da rede de ciclovias, ligando o centro às freguesias (Atalaia, Sarilhos, Lançada e aos concelhos de Alcochete e da Moita).
- Construção de parqueamentos seguros para bicicletas junto a edifícios e espaços públicos.
- Redução dos limites de velocidade em zonas urbanas (30 km/h e zonas 20).
- Restrição gradual do acesso automóvel ao centro da cidade do Montijo e nos centros históricos de Sarilhos Grandes, Atalaia e Canha.
- Aumento das zonas pedonais e promoção da circulação a pé, com enfoque nas áreas centrais dos núcleos urbanos e junto às escolas.
- Elaborar um Estudo Integrado de Transportes Públicos e Mobilidade Suave, com enfoque na redução do uso do automóvel particular e na articulação entre modos de transporte.

### **3.5 Reconfiguração do espaço urbano com prioridade ao peão e acessibilidade universal**

- Melhorar a acessibilidade a pé, incluindo pessoas com necessidades específicas e carrinhos de bebé, em todos os núcleos urbanos.
- Remover barreiras físicas e sociais, combatendo o estacionamento abusivo em cima dos passeios, adequando dimensões e formas das esplanadas.
- Criar laboratórios de programação do espaço público (conceito de “superillas”) e transformar os espaços públicos centrais predominantemente ocupados pelo automóvel em lugares vividos e ocupados pelas pessoas, através de iniciativas participadas e implementadas pela população local (abordagem de “placemaking”).
- Elaborar novos regulamentos para trabalhos e obras que interfiram com as vias públicas.
- Melhorar os passeios e promovendo a sua uniformização e nivelamento, contribuindo para a acessibilidade universal e reduzindo acidentes pessoais para pessoas com dificuldades de locomoção.
- Estabelecer nova regulamentação para sinalização visual, sonora e digital (internet das coisas) e pavimentação que seja universal e inclusiva em todo o espaço público.

### **3.6 Espaço público vivido e com segurança pública**

- Rever a política de iluminação pública nos núcleos urbanos, de forma a minimizar a insegurança.
- Reformulação da gestão da localização de paragens de transportes públicos e locais de espera e/ou estacionamento de bicicletas, evitando locais ermos e mal iluminados.



- Reforço dos transportes públicos em horários pós laborais e noturnos, reforçando o serviço nas áreas ou percursos que servem as áreas centrais, de comércio e restauração e diversão noturna.
- Promover um plano de policiamento de proximidade, em conjunto com a PSP e a GNR, vocacionado para questões mais prementes como a segurança pública noturna, nas escolas, nas áreas isoladas ou rurais, no combate ao tráfico humano e exploração laboral, entre outras.

### **3.7 Reforço do Transporte Público**

- Reformulação da estrutura de base da acessibilidade municipal, no que respeita aos grandes nós de transporte, tornando o Cais do Seixalinho o principal nó intermodal do concelho.
- Criação de canais de transporte dedicados, que permitam ligações rápidas e eficientes, entre o Cais do Seixalinho e os principais destinos concelhios e interconcelhios.
- Reivindicar melhorias significativas nas grandes infraestruturas de transportes de âmbito supra municipal, tais como:
  - Criação de hortas urbanas com compostagem partilhada:
  - Incentivo à compostagem doméstica e comunitária;
  - Central de compostagem municipal.

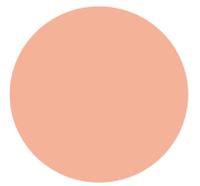
### **3.8 - Direitos Humanos, Igualdade e Diversidade**

- Novo plano municipal para a igualdade e não discriminação, com medidas de intervenção territorial alargadas, financiamento adequado e articulação com escolas, coletividades e associações locais.

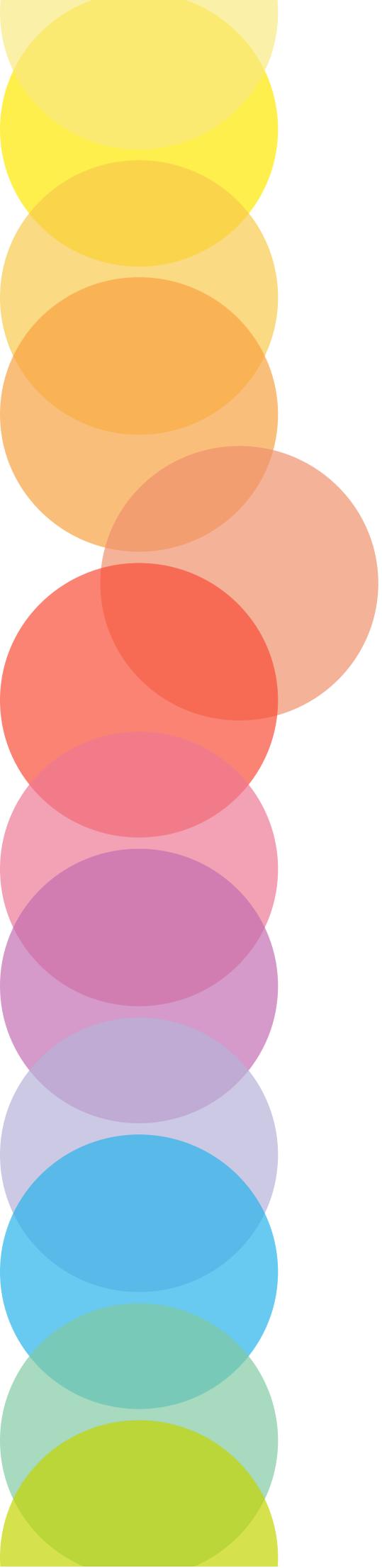
- Combater todas as formas de desigualdade, garantindo liberdade plena para todas as pessoas: LGBTQIA+, pessoas com deficiência, sobreviventes de violência de género, vítimas de violência doméstica e imigrantes.
- Criar mecanismos municipais de apoio a sobreviventes de violência de género, oferecendo espaços seguros de partilha, apoio psicológico e encaminhamento para serviços especializados.
- Apoiar associações feministas, de imigrantes e LGBTQIA+, fortalecendo o tecido comunitário e assegurando que estas vozes tenham espaço e recursos para se expressar.

### **3.9 Diversidade, inclusão e coesão**

- Criar o Gabinete Municipal para a Diversidade e Igualdade, com responsabilidade na promoção de políticas inclusivas, no apoio a vítimas de discriminação e na coordenação de campanhas educativas, que terá pessoas de contacto para a diversidade e igualdade em todas as freguesias.
- Campanhas de sensibilização e formação em escolas e coletividades, em parceria com associações especializadas e/ou centros de investigação, sobre identidade de género, orientação sexual, respeito pela diversidade e combate ao bullying e ao cyberbullying.
- Nova estratégia municipal de integração mútua das comunidades migrantes, baseada na igualdade de direitos, no combate à exploração laboral e na promoção da participação cívica.
- Gabinete Local de Apoio ao Migrante e Trabalhador Agrícola, multilingue, com informação legal e laboral, apoio à integração social (saúde, habitação, educação) e aconselhamento para regularização.



- Plano Local de Habitação Digna em territórios rurais, combatendo situações de exploração e habitação precária, garantindo alojamento temporário com serviços básicos e incentivando o arrendamento em zonas rurais.
- Promover Festas Populares Interculturais e Geminações com Países de Origem, valorizando as culturas das comunidades residentes e reforçando o orgulho partilhado no território.
- Criar mecanismos de Participação Cívica de Migrantes, com fóruns ou conselhos consultivos abertos a cidadãos não comunitários, mesmo sem direito de voto, para que possam contribuir para as políticas locais.
- Garantir formação antixenofobia para funcionários municipais, polícias e técnicos, reforçando competências interculturais, de igualdade de género e direitos humanos.
- Criar a Provedoria Municipal da Pessoa com Deficiência, garantindo acompanhamento, escuta ativa e defesa dos direitos desta comunidade.
- 
- Elaborar e implementar um plano para garantir a acessibilidade plena a espaços e transportes públicos, eliminando barreiras físicas e digitais que impedem a participação na vida comunitária.
- Construir infraestruturas como cozinhas comunitárias, casas de banho e balneários comunitários, que possam ser utilizados de forma livre e partilhada e vocacionados para população em situação de precariedade na habitação

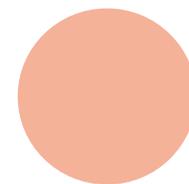


E.

# Eixo 4

Reorientar o governo  
local





O LIVRE pretende, com este eixo, vir **reorientar o governo e a política municipal** - promovendo a reorganização da orgânica dos serviços municipais, recentrando o funcionamento e o foco dos órgãos e serviços camarários para responder aos desafios presentes e futuros do município, reforçando a sua eficácia, transparência, conhecimento do terreno e participação cidadã.

Queremos um política local e serviços camarários vocacionados para:

- i. promover uma cidadania ativa;
- ii. desenvolver novos e manter atualizados os diferentes instrumentos de planeamento;
- iii. constituir sistemas de mediação entre os serviços camarários e o terreno;
- iv. recorrer a sistema de gestão de informação para a gestão interna, também para facilitar a relação com o cidadão e enquanto veículos de reforço da transparência;
- v. preparar a obtenção e implementação de fundos europeus, nomeadamente do novo Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034 da Comissão Europeia.

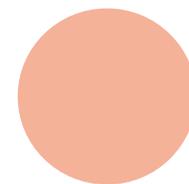
Consideramos também fundamental promover uma cultura distrital de solidariedade intermunicipal para uma gestão complementar do território (equipamentos públicos, mobilidade, pensar, em conjunto com os demais municípios, a constituição de um agência distrital para a reforma administrativa, entre outras).

É também neste Eixo que o LIVRE se propõe a agir diretamente sobre alguns dos setores públicos que sofreram transferência de competências e em que se assistiu ao reforço e à maior responsabilidade por parte dos municípios, tais como a educação, a saúde e a habitação.

#### **4.1 - Educação**

- Promover a igualdade no acesso à educação, desde a infância até à idade adulta.

- Elaborar a nova Carta Educativa, em coerência com os demais Instrumentos de Gestão Territorial.
- Programa de Literacia das instituições democráticas, combate à desinformação, em parceria com as escolas do concelho "viver em democracia".
- Programa local de erradicação do bullying, cyberbullying e da violência nas relações entre jovens.
- Criação de uma rede de apoio aos alunos com necessidades específicas e às suas famílias, através do reforço de equipas multidisciplinares, pessoal não docente e de parcerias com as escolas e demais agentes locais (DL 54/2018).
- Apoiar e ajudar a desenvolver projetos educativos inovadores nas escolas e agrupamentos do concelho.
- Abrir as escolas à comunidade, nomeadamente através da criação de projetos que envolvam todos os agentes educativos e demais parceiros locais (escolas sem muros).
- Criar um órgão consultivo municipal, constituído por alunos do concelho, para abordar questões relacionadas com a comunidade e fomentar a participação cívica - "voz do futuro".
- Promover a utilização das escolas enquanto centros de recursos educacionais, culturais e desportivos para a comunidade - eliminar muros físicos e sociais.
- Investir em programas de educação e formação ao longo do ciclo de vida, com destaque nas áreas de ambiente, sustentabilidade.
- Garantir o reforço da rede escolar existente e assegurar o alargamento da oferta de equipamentos públicos nas várias freguesias.



- Estabelecer uma rede municipal de creches públicas.

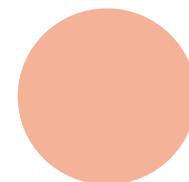
#### **4.2 - Cultura**

- Elaboração de um plano municipal para a cultura e criação cultural.
- Valorização e especialização dos serviços camarários de forma a permitir dinamizar a produção cultural no território, sempre em estrita ligação com a comunidade.
- Assegurar a celebração de protocolos de colaboração e/ou contratos programa que tracem caminhos e objetivos claros e que assegurem a correta monitorização da sua implementação.
- Fomentar as residências artísticas, atraindo novos talentos e criando sinergias com a comunidade artística local.
- Reforço orçamental para a área da criação cultural.
- Criar “Casas de Criação” artística, como espaços multifacetados e colaborativos que funcionem como lugar para acolher artistas emergentes autóctones jovens e/ou não profissionais, das mais variadas áreas.
- Reativar a Bienal de artes plásticas / Prémio Vespeira, bem como outras iniciativas como festivais ou mostras de âmbito nacional ou internacional nas diferentes áreas artísticas.
- Avaliar a construção de um centro cultural com função polivalente nas várias formas de criação artística, como forma de projetar o Montijo no panorama regional e nacional.
- Apostar na arte urbana (murais, graffitis, esculturas...) como forma de democratização da cultura e de exposição permanente e pública da criação artística, integrando-a na programação cultural do concelho.

- Remodelar, ampliar e dinamizar a rede de museus existente.
- Adquirir espaço industrial desmantelado para criar um museu dedicado à história industrial e comercial de Montijo.
- Incentivar a participação dos jovens nas atividades culturais através de incentivos às práticas de sustentabilidade, através da troca bilhetes / entradas em eventos culturais por ações de boas práticas como: ir para a escola de bicicleta, fazer ações de recolha de lixo tecnológico, entre outras.
- Programa de valorização do espaço público como palco para atividades culturais, criando condições e equipamentos ao ar livre para eventos ou ações culturais de várias naturezas, começando pela valorização dos coretos existentes.
- Reforçar a ligação e incentivo aos artistas locais ou residentes, que permita a livre criação artística e o seu usufruto por parte da população de todo o concelho.
- Dinamizar a biblioteca municipal e respetivos polos, abrindo os espaços a horários noturnos para permitir a utilização pós laboral e a iniciativas de munícipes e promover, conjuntamente com os criadores artísticos, uma agenda cultural regular e diversificada.

#### **4.3 - Desporto**

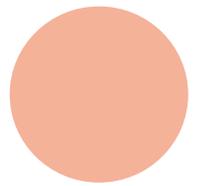
- Melhoria e diversificação das infraestruturas desportivas existentes no espaço público, tendo em consideração as questões de género.
- Elaborar uma estratégia municipal para a promoção do desporto.
- Atualizar a Carta Desportiva e assegurar a sua ligação com os demais planos e programas.



- Implementar uma rede de locais para a prática de desporto de utilização livre e informal (utilização livre dos equipamentos públicos de desporto).
- Criar pequenas áreas de vocação desportiva em bairros e zonas verdes, com equipamentos acessíveis para todas as idades, promovendo a atividade física, a saúde e o uso ativo do espaço público
- Criar e requalificar espaços para a prática de desportos menos convencionais, como um skate parque, uma parede de escalada e zonas para parkour, promovendo a diversidade desportiva e o acesso de todas as pessoas a novas modalidades.
- Promover o reordenamento do solo rústico destinado a produção agrícola e florestal, através de políticas de combate ao fracionamento da propriedade.
- Desenvolver programas de construção de habitação social, a custos controlados e de participação/desenvolvimento de parcerias tendo em vista a promoção de cooperativas de habitação e demais formas de habitação coletiva.
- Elaborar um plano de emergência para a habitação, que incida sobre medidas como:
  - A aquisição de fogos vagos e devolutos.

#### **4.4 - Habitação, Urbanismo e Gestão do Território**

- Elaboração do Estudo do Potencial Habitacional do Património Municipal, permitindo aferir em termos potenciais, a capacidade de atuação da Câmara Municipal nas necessidades de construção de habitação pública.
- Conclusão da revisão do Plano Diretor Municipal, em articulação com os demais instrumentos de gestão do território e planos e programas setoriais, designadamente as estratégias nas áreas da habitação, reabilitação urbana, ambiente e mobilidade.
- Rever a Área de Reabilitação Urbana e correspondente Operação de Reabilitação Urbana do Montijo e avaliar necessidade de alargar este instrumento a outros núcleos urbanos no concelho. e regulamentação urbanística para promover a habitação.
- Rever toda a regulamentação urbanística para promover a habitação, designadamente ao nível da urbanização e edificação, taxas urbanísticas, entre outras, por forma a promover a habitação, colmatando e densificando os núcleos urbanos existentes e combatendo a edificação dispersa e a ocupação de solos rústicos.
- Acionamento da opção de compra sobre prédios nos centros urbanos em áreas de reabilitação urbana para desenvolvimento de projetos de habitação a custos controlados e/ou arrendamento acessível.
- Majoração da edificabilidade em 25% do total previsto em plano, desde que essa edificabilidade seja disponibilizada na modalidade de habitação a custos controlados.
- Apoio a pessoas ou famílias em situação de precariedade habitacional.
- Edificação de habitação social e/ou arrendamento acessível em áreas de cedência para equipamentos, já na posse do domínio público municipal.
- Implementar o Programa 3C Municipal para apoiar a reabilitação de habitações e edifícios públicos, promovendo o conforto térmico, a eficiência energética e a adaptação ao clima. O programa inclui incentivos para isolamento térmico, instalação de painéis solares, telhados e paredes verdes, e substituição de equipamentos ineficientes, com prioridade para famílias vulneráveis e edifícios antigos.



- Elaborar um plano de valorização social e urbanística dos centros históricos, tendo em vista a sua reabilitação funcional.
- Elaborar Programas urbanísticos especiais para zonas-chave como a frente ribeirinha e a Colónia Agrícola de Pegões, promovendo a participação pública em todas as fases da sua elaboração.
- Promover programas de habitação para funcionários públicos deslocados.

#### **4.5 - Saúde e qualidade de vida**

- Reforçar a rede local de saúde, reabilitando a infraestrutura existente e aumentando a cobertura territorial, não só nos territórios com maior pressão demográfica, como também onde a população está mais dispersa e com maiores dificuldades de acesso.
- Promoção de programas vocacionados para a saúde sexual e reprodutiva e garantir o acesso gratuito a produtos de higiene íntima /menstrual.
- Promover a agilização da inscrição de todos os utentes no sistema com atenção aos migrantes, cuja inserção é complexa, procurando minimizar sobrecargas sobre as urgências.
- Instituir o transporte-saúde, destinado a apoiar os munícipes com maiores dificuldades, necessidades específicas ou distância, no que respeita ao acesso a consultas, exames e meios complementares de diagnóstico.
- Criação do gabinete municipal da saúde pública e saúde mental.

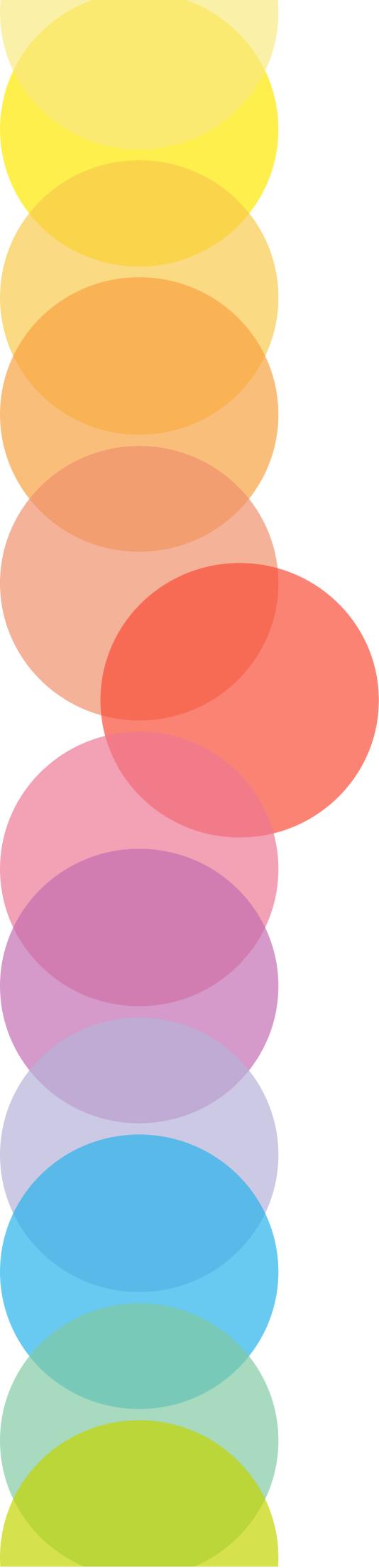
#### **4.6 - Modernização administrativa**

- Nova reestruturação orgânica da Câmara Municipal, que contribua decisivamente para os serviços darem as respostas com o nível de serviço que os munícipes merecem, face às alterações de competências das autarquias.

- Implementar uma estrutura interna vocacionada para a obtenção de fundos europeus e implementação e monitorização de projetos com financiamento comunitário, nomeadamente do novo Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034 da Comissão Europeia.
- Abertura de um balcão único para o munícipe, no Território Este, por forma a aproximar os cidadãos destes territórios dos serviços municipais e evitar grandes deslocações.
- Implementar sistemas de gestão internos e políticas de simplificação e desmaterialização processual, tendo em vista a melhor eficiência e redução do tempo de resposta.

#### **4.7 - Diversificação da base económica local**

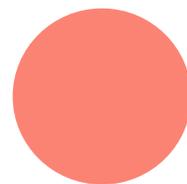
- Criar a Incubadora científica e empresarial do Montijo, destinada a promover e sediar no Montijo projetos empresariais inovadores em termos tecnológicos e projetos de investigação científica, com benefícios para a comunidade.
- Criar uma plataforma local de promoção das empresas locais, que tenha por objetivo promover produtos e serviços locais, bem como dar apoio a micro e pequenas empresas na obtenção de fundos comunitários.
- Criação do Prémio Sustentabilidade, destinado a apoiar e promover projetos de inovação na transição energética, redução de impacto e poluição, *upcycling*, redução do consumo de água, entre outros.
- Criação de uma incubadora para projetos de estudantes de todos os níveis de ensino, nas mais variadas áreas, destinada a apoiar a criatividade em prol da comunidade e a potenciar a eventual aplicabilidade.



F.

# Declaração Final





Resta-nos afirmar que rejeitamos os conceitos de suburbanidade, periferia e de todas e quaisquer outras formas de subalternidade entre territórios e cidadãos - vamos combater os efeitos nefastos do conceito de suburbanidade na política e na vida do Montijo.

Estamos profundamente convictos que, para além da resolução dos muitos problemas concretos, evidentes para toda a população do Montijo, o propósito da política municipal é criar uma sociedade civil local confiante, dinâmica e autónoma, que faz por si, que está virada para a resolução dos seus problemas e que coopera e é exigente com o poder político. E que participam de direito próprio na definição do rumo do seu concelho.

Defendemos uma política de proximidade, que escuta e integra os anseios da população, promovendo a coesão territorial, a justiça social e a democracia local.

Convidamos todas e todos para connosco, criar um Montijo mais justo, mais verde e **LIVRE por Natureza.**

